

Regulação
Regras para
ter acesso
ao espaço
vão ter mão
portuguesa

INDÚSTRIA

Portugal vai ter mão na regulação europeia dos lançamentos espaciais

A Abreu Advogados está a liderar um consórcio europeu, em conjunto com a Atlantic Spaceport Consortium, com 14 membros que querem definir as regras de acesso ao espaço. A proposta tem de ser entregue à Comissão Europeia até junho de 2027, um prazo “ambicioso”.

INÊS PINTO MIGUEL
inesmiguel@negocios.pt

O espaço é o futuro e Portugal quer estar à frente. Por isso, a Abreu Advogados e a Atlantic Spaceport Consortium estão a liderar um consórcio que está a desenhar as potenciais futuras regras de acesso ao espaço, nomeadamente através dos centros de lançamento, onde o território nacional ganha com a ilha de Santa Maria.

De acordo com João Lupi, o advogado responsável, são 14 membros de seis países europeus, a que se acrescenta a Nova Zelândia, bem como o Reino Unido e a Escócia. O coordenador da equipa de Espaço e Satélites diz ao Negócios que a proposta regulatória “tem como grandes objetivos reduzir a dependência e, inevitavelmente, reforçar a autonomia da União Europeia num segmento-chave quando se fala do setor, da economia espacial, e pelo meio, aumentar a soberania”.

O coordenador recorda a “forte dependência” neste setor, “designadamente dos EUA”, por todo o caminho que têm vindo a fazer — basta olhar para a SpaceX — e também pela injeção de capital.

Mas o âmbito do projeto é maior do que definir propósitos. “Não é apenas infraestrutura e tecnologia, precisamos de um quadro regulatório que incentive, facilite e promova o desenvolvimento destes centros de lançamento” para órbitas distantes, aponta João Lupi.

“Este é um projeto que durará um ano, pelo que ainda nos falta partir muita pedra. Conseguimos montar um consórcio como o Atlantic Spaceport Consortium, que coordena o Centro de Lançamento da Malbusca, na ilha de Santa

Maria, e que abrange toda a cadeia de valor relacionada com este segmento que é o acesso ao espaço e com uma complementaridade que nos dá uma posição única e privilegiada para apresentar uma proposta regulatória que sirva como instrumento para combater e promover a autonomia no acesso ao espaço com interoperabilidade”, diz.

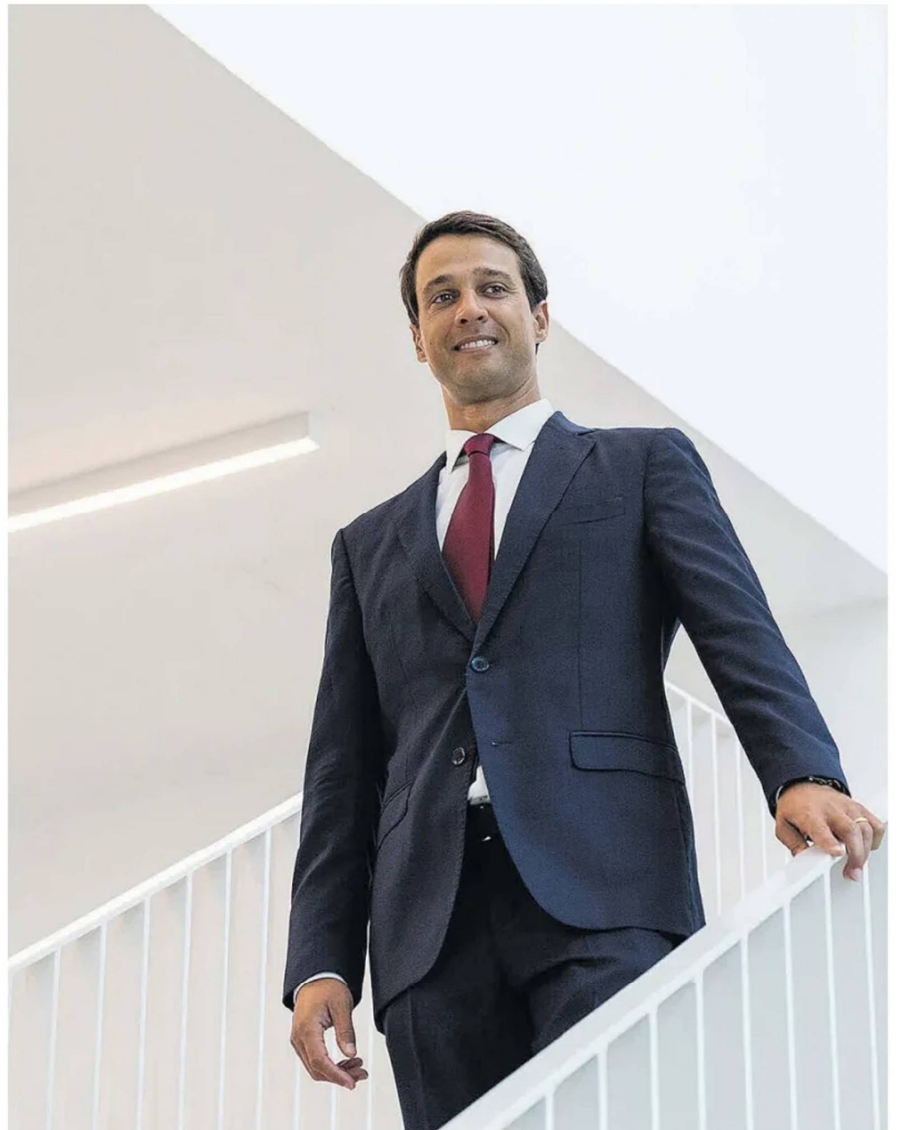
João Lupi sustenta que este é um mercado que já existe, com espaço para crescer, mas que é preciso regulá-lo, para a União Europeia não ficar atrás de outras geografias. “O contexto geopolítico tem-nos mostrado que, cada vez mais, as dependências externas e a soberania têm de ser levadas a sério”, atirando que esta regulação não pode ser estática, devendo adaptar-se às necessidades europeias e às de um mundo em constante rotação, especialmente quando a concorrência norte-americana é forte.

Quando questionado sobre se esta regulação pode levantar novamente a discussão sobre excesso de regras, como no AI Act, o advogado defende que “a regulação e a previsibilidade normativa podem ser fundamentais na ótica do desenvolvimento de qualquer segmento da economia ou de infraestrutura”, ou seja, permitindo que os projetos possam sair do papel e se-



Precisamos de um quadro regulatório que promova o desenvolvimento destes centros.

JOÃO LUPI
Abreu Advogados



João Lupi, da Abreu Advogados, sublinha que o objetivo é reduzir a dependência dos EUA.

Primeiro voo espacial português derrapa, mas sai durante o verão

O SpaceForest era para descolar do único porto espacial português até ao fim de junho. Já não irá acontecer este mês, mas o Atlantic Spaceport Consortium garante que o primeiro voo suborbital vai acontecer ainda durante o verão.

D.R.

rem “apetecíveis”, até pensando numa vertente de injeção de capital. Ainda assim, admite que a ausência de um quadro regulatório pode prejudicar os projetos, porque “a aceleração vai ser diferente e podemos ter situações de concorrência interna que não é produtiva”. “A regulação não é um entrave, mas o excesso e a forma como a regulação é produzida, idealizada e materializada podem ser”, exemplifica, acrescentando que os elementos do consórcio estão alinhados para que as regras não se sobreponham ao desenvolvimento deste segmento.

Este posicionamento de Portugal na liderança desta regulação chega em simultâneo com o EU Space Act, a primeira iniciativa da União Europeia para regular o setor. João Lupi atira que o prazo de um ano que o grupo terá para desenvolver esta regulação é “bastante ambicioso”, mas que as 14 partes envolvidas vão dar os contributos para a proposta chegar às mãos da Comissão Europeia bem desenhada e pronta a implementar. “Este é um marco importante para Portugal, ter esta representatividade num consórcio com uma matéria tão relevante no setor do espaço, da economia espacial e do próprio mercado para o futuro da UE. Deve ser bem aproveitado.” ■

14

CONSÓRCIO

O consórcio liderado pela sociedade de advogados portuguesa soma um conjunto de 14 membros, seis dos quais europeus.

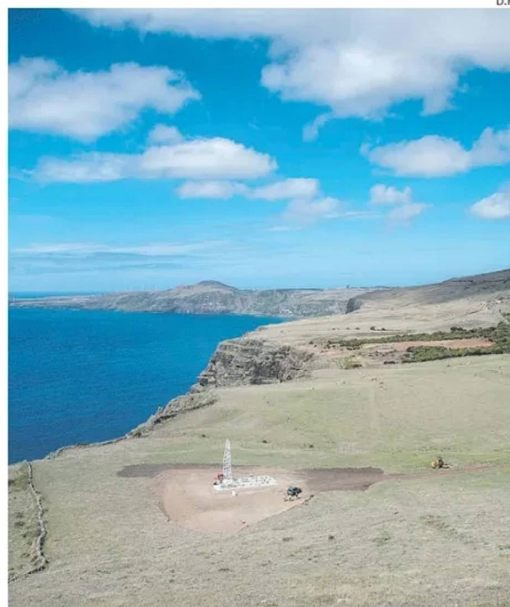
O primeiro voo espacial já não vai sair do Centro de Lançamento da Malbusca até ao final deste mês, como tinha sido previsto pelo Atlantic Spaceport Consortium (ASC) e pela Agência Espacial Portuguesa. A razão está no facto de a Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), que atua como a Autoridade Espacial em Portugal, ainda não ter emitido a licença para a missão suborbital se realizar, ainda que o regulador esteja dentro do prazo previsto pela lei.

O regulador do espaço tem 90 dias úteis para se pronunciar em relação aos lançamentos, desde o momento em que o ASC faz o pedido para colocar voos em órbita. Conta o diretor da empresa que ganhou a licença de exploração do Centro da Malbusca, na ilha de Santa Maria, em 2024, que todos os voos espaciais “estão dependentes do regulador”.

Bruno Carvalho diz aos Negócios que o pedido para este voo suborbital - que atinge o espaço e regressa à Terra - foi efetuado no final de fevereiro, com o prazo para o regulador se pronunciar a decorrer até meio de julho. “Contámos os prazos legais e temos até meio de julho para que a Autoridade Espacial se pronuncie. Sabemos que não é fácil, porque requer o cruzamento de várias autorizações e entidades”, esclarece.

Portanto, Bruno Carvalho aponta que o primeiro voo espacial com origem em Portugal já não irá acontecer na data prevista, mas acrescenta que o foguetão SpaceForest ainda vai ao espaço no verão. “Mesmo derrapando algumas semanas, estamos prontos para que o voo

D.R.



A Anacom concedeu a licença ao Centro de Malbusca há um ano.

suborbital aconteça ainda no verão”, conta.

A Anacom emitiu a autorização para a ASC iniciar as operações em agosto do ano passado, considerando tratar-se de “um passo decisivo no reforço

do posicionamento de Portugal no setor espacial europeu”. Esta licença é válida por um período de cinco anos, mas não abrange as operações que lançamento, que precisam então de uma avaliação e de licenciamento específico.

Sobre o “pipeline” que o Atlantic Spaceport Consortium tem planeado, o responsável admite que se prepara para “submeter o pedido do primeiro voo orbital até julho”, uma vez que este tem “implicações diferentes” e mexe com obrigações nacionais. O ASC será responsável por enviar os foguetões da sul-coreana Innospace para o espaço, desta vez num voo orbital, significando que não regressam à Terra. ■ IPM

“

Mesmo derrapando, estamos prontos para que o voo suborbital aconteça ainda no verão.

BRUNO CARVALHO
Diretor da ASC